

## *A 1.ª República na intervenção sonâmbula de José Gomes Ferreira*

Carina Infante do Carmo\*

Num fragmento do diário póstumo *Dias Comuns I* (1990), José Gomes Ferreira sintetiza lapidarmente o essencial da sua literatura autobiográfica que, em vida, cobriu um arco cronológico longo, de 1948, com *Poesia I*, até 1983, com *Calçada do Sol*:

Esta definição de Arte como *fixadora* da Realidade e a única memória viva dos homens explica medularmente a minha literatura, sempre com sabor autobiográfico.

Arte – verónica do sangue dos factos da minha experiência. Principalmente da esquecida – e, portanto, tenho de inventá-la. (1990a, 44; *itálico* do texto)

A poesia, o relato memorialístico ou o apontamento de crónica ou diário têm por centro, neste caso, uma figura de autor que reconta a vida e desenha um auto-retrato sempre inacabado

\* Universidade do Algarve/Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa.

de artista. É a tal “verónica do sangue dos factos da minha experiência” que, marcada pela dor e pelo tempo, inscreve especularmente o sujeito, à semelhança do tecido em que teria ficado impresso o retrato a sangue de Cristo, no caminho do Calvário. José Gomes Ferreira assume-o, não sem denunciar o artifício do seu instrumento de trabalho artístico, a escrita, que combate o esquecimento e que, na linhagem antiga de Montaigne, simula a contiguidade metonímica do livro com o autor empírico. Por isso, mesmo se sempre em falha, a memória “explica medularmente” o projecto autobiográfico, seleccionando, reavaliando, ficcionando um “passado usável” (Neumann 2008, 338) por cada presente de enunciação que lhe dá sentido. Assume, então, que só pode interpretar, construir versões reversíveis do passado, o que traduz, amiúde, nas metáforas da descida a um poço, da cambalhota com que inicia uma viagem no tempo, da travessia de um túnel ou da visão do passado turvada pelo nevoeiro.

O jogo da verdade fingida da autobiografia implica, entretanto, a experiência consciente de pertencer à história e ao mundo humanos, ainda que recue até às sombras da memória e da ironia, tornando *sonâmbula* a sua *intervenção*, como se lê no seu título de crónicas de 1977. É na retracção melancólica daquele oxímoro (intervenção sonâmbula) que se declina a modernidade do testemunho de José Gomes Ferreira, inseparável da invenção de sucessivas versões do que o *eu* foi ou pode/poderia ter sido. Daí a exemplaridade do subtítulo de *Calçada do Sol* que configura um livro-corpo humano de palavras: *Diário Desgrenhado de um Homem Qualquer Nascido no Princípio do Século XX*. Além de convocar o emblema romântico da cabeleira, inerente à genialidade do artista, a hipálage (*Diário Desgrenhado*) liga-se ao anonimato colectivo do sujeito (*Um Homem Qualquer Nascido no Princípio do Século XX*) apresentado em terceira pessoa como testemunha/

representante do século e como corpo por onde o tempo histórico viaja<sup>1</sup>.

Nascido em 1900, José Gomes Ferreira elege compreensivelmente a 1.ª República como matriz do século XX português e da sua formação pessoal. Em *A Memória das Palavras* (1965) e *Revolução Necessária* (1975), é notória a forma como ele situa a raiz do fascínio revolucionário no espaço nacional e lisboeta da sua aprendizagem infantil, em detrimento do exemplo mais previsível (dada a sua declarada ideologia socialista), a Revolução Russa de 1917. Dessa forma assume a admiração pelo pai, Alexandre Ferreira, que foi político republicano, maçónico e (até à sua morte, em 1950) animador de centros e associações populares. A sua identidade pessoal define-se, portanto, nessa conjuntura histórica precisa e no lugar de memória que é a Lisboa da sua infância, levado pela “mão guia-de-cegos do [s]eu Pai que pertencia àquela sólida falange de homens bons que acreditava na transformação do mundo pela educação e pela cultura” (Ferreira 1975, 135).

Além de prova de fidelidade filial e de fixação das origens pessoais, deixar escrita a lembrança dos anos republicanos é uma resposta ao desejo de testemunho de uma época e de intervenção possível na vida social durante a ditadura. Dou como exemplo a evocação, contada em *A Memória das Palavras*, da Jornada de Monsanto de 1919 em que a “cidade convulsa, a Lisboa viril das revoluções da pequena burguesia” (Ferreira 1979, 63), reage à intentona monárquica de Paiva Couceiro. A cena tem

<sup>1</sup> Em sentido idêntico vai o subtítulo da colectânea poética *Poeta Militante* (1977-1978-1983), *Viagem do Século Vinte em Mim*. Este expande a antonomásia do título, ao mesmo tempo que subjectiviza/antropomorfiza o século e topifica (nessa medida, objectiviza) o *eu* textual, estabelecendo uma relação dialéctica entre o homem e a história.

em mente a referência de Fernão Lopes e da sua crónica de uma pioneira revolução burguesa, com o povo nas ruas, nos idos finais do século XIV, como o confirma a crónica “Os três grandes momentos da minha Lisboa”, de *Revolução Necessária*, onde o mesmo episódio de 1919 é reconstituído. No meio da rememoração feita em *A Memória das Palavras*, a voz do narrador interpela supostos interlocutores, finge reencenar o eco convulso da multidão nas ruas, graças à espessura gráfica dos apartes entre parênteses, das maiúsculas e da pontuação. E com isso presentifica um auto-retrato juvenil em movimento, com a multidão em fundo, não sem denunciar ironicamente a invenção do relato, com a interrogação final:

Três da manhã. Continuo desarmado. No Governo Civil distribuíram poucas espingardas. “Sonegaram-nas!” – comenta-se com exaltação de mãos nuas. O meu pelotão dirige-se para a Rotunda. Que é isto? Escancara-se uma janela e um grito alucina a noite: “Viva a República!” Mais adiante, palmas. A cidade não dorme. Vultos femininos empunham lanternas para alumiar o caminho. (Nem repararam que havia luar.) Vários rapazes pretendem imiscuir-se nas nossas fileiras. Choramingam: “[D]eixem-nos ir! Deixem-nos ir!” (“ÀS ARMAS, CIDADÃOS!”) A certa altura pareceu-me ver, num rasgão, o vulto do escritor José Osório de Oliveira. Ou terei sonhado? (Ferreira 1979, 64)

Outro auto-retrato de grupo, com a multidão em fundo, surge na primeira colectânea de contos-crónica do autor, *O Mundo dos Outros* (1950), originalmente publicados na *Seara Nova*, em 1945. Tomado pelo efeito de composição do real histórico, que as sinédoques e hipálages combinadas asseguram (“no meio daquele povo de bigodes carbonários, ‘p[ê]ras’ republicanas, *lavalieres* cívicas, cocos livres-pensadores e nuvens de futuro nos olhos” [Ferreira 1990b, 92]), o olhar retrospectivo do autobiógrafo mostra-se criança, enlevada pela “berraria de revo-

lução débil” (Ferreira 1990b, 92) dos comícios de propaganda republicana anteriores a 1910:

E todos, em redor de mim, faziam o mesmo.

Aplaudiam e berravam e choravam e cantavam como se aquela chusma de homens de “pêra” romântica tivessem exactamente a mesma idade do que eu e usassem também, por dentro, calções até aos joelhos e colarinhos à bebé onde apetecesse escrever “vivas à República” com o sangue dum dedo picado. (Ferreira 1990b, 93)

A ironia branda com que o *eu* qualifica, à distância de várias décadas, a exuberância retórica dos comícios denuncia uma imagem recomposta e nostálgica em que o entusiasmo da mole republicana toma a figura da máscara individual do poeta-criança.

Convém lembrar que, no seu conjunto, *O Mundo dos Outros* faz a denúncia dos mecanismos de reprodução ideológica que asseguraram a ordem salazarista, promotora da passividade, do servilismo e da violência quotidiana. A excepção, encontram-na em “Infância estragada”, texto onde, não obstante as evocações negativas da experiência escolar do poeta, se exaltam as brincadeiras de rua e os tais comícios da propaganda republicana “de boa memória” (Ferreira 1990b, 91): são estes afinal o reverso da produção totalitária da verdade salazarista, repetida nas vozes anónimas e formatadas das personagens de cada conto-crónica do livro.

Ao fazer da 1.ª República matéria autobiográfica, José Gomes Ferreira não apenas explica a formação pessoal dentro da história familiar e colectiva, como assume a voz da geração que viu coincidir o seu amadurecimento com a vitória da ditadura, em 1926. Faz dessa narrativa um instrumento de resistência a quem roubou ao país, durante longos anos, a liberdade de expressão,

impondo-lhe os monocórdicos exercícios retóricos do ditador e seus acólitos. Em *A Memória das Palavras*, o contraste entre regimes políticos é ainda mais claro quando, por diferença do exuberante debate republicano, satiriza o tempo claustrofóbico e monológico do seu presente de enunciação: “(Hoje, os Cabeças Ocas são piores. Não improvisam os discursos. Escrevem-nos e recitam-nos com lábios de microfone frio)” (1979, 72). Na edição de 1979, uma nota de rodapé esclarece, sem rodeios, o alcance da crítica formulada em 1965: “Refiro-me evidentemente à técnica oratória do Estado Novo em que se destacava o ditador Salazar com os seus discursos de caricatura microfónica do Padre António Vieira” (1979, 193). Também na recolha de crónicas *Revolução Necessária*, que faz a escuta das vozes da cidade invadida pelo júbilo da Revolução dos Cravos, a definição do salazarismo passa, no essencial, pela inibição da palavra pública e privada dos portugueses: “dava a impressão de trazermos na boca museus de múmias” (1975, 165).

O apontamento autobiográfico, em particular na forma circunstantializada da crónica, alimenta-se das comoções antigas, segue criticamente a sucessão dos dias comuns e com isso escreve o presente histórico, ciente da significação política do gesto literário. Durante o salazarismo, elogiar a 1.ª República, importa lembrar, implicava um corajoso posicionamento político. Nesse sentido, José Gomes Ferreira alinha deliberadamente na valorização ideológica daquele regime e, por extensão, do liberalismo oitocentista – tal como, aliás, da crise de 1383-1385 entendida como revolução –, levada a cabo desde os anos 40 no campo da historiografia e dos Estudos Literários, para responder ao anátema lançado pelo salazarismo sobre esses períodos históricos. Com efeito, Joel Serrão, Victor de Sá, Alberto Ferreira, Fernando Piteira Santos ou A. H. Oliveira Marques

acabaram sendo “novos remexedores da História”, nas palavras antecipatórias do neo-realista Fernando Pinto Loureiro, em *O Diabo* de 21 de Outubro de 1939, revelando que a cultura, de um modo geral, e a memória, em particular, podiam ser (como o foram) um privilegiado campo de combate político ao salazarismo e à sua hagiografia nacionalista e imperial<sup>2</sup>.

Não admira que lembrar a infância seja para Gomes Ferreira um meio de trazer à luz do dia uma contra-versão da memória oficial e um meio de resistir à deturpação e ao silenciamento, por meio do testemunho de alguém que viveu os factos, mesmo que em criança. E se “[e]l conocimiento del olvido es condición de posibilidad de la recuperación de lo olvidado” (Mudrovic 2005, 149), dar forma escrita e editada à memória rasurada da 1.ª República é uma iniciativa não isolada, nos anos 50-60, que participa na luta contra o salazarismo e tenta reverter o controlo social do passado<sup>3</sup>. A lucidez irónica do escritor nunca o fez, todavia, esquecer que lhe cabia escrever “para a eternidade

<sup>2</sup> Em *Revolução Necessária*, José Gomes Ferreira (1975, 122) valoriza o papel do historiador Joel Serrão na investigação da 1.ª República, embora sublinhe a necessidade de se aprofundar o estudo daquele período histórico. Sobre a importância da historiografia na contracultura anti-salazarista e neo-realista, leia-se o artigo de João Madeira (2007).

<sup>3</sup> Não obstante as suas divergências ideológicas, foi possível a constituição de um frentismo político e cultural oposicionista marcado pelo antibelicismo, pelo antifascismo e pela valorização do legado republicano. Claro que o movimento neo-realista (que Gomes Ferreira acompanha), desde o final dos anos 30, veio reconstituir o campo intelectual português ao aderir ao marxismo e ao demarcar-se da experiência democrático-republicana e do modelo seareiro de intelectual. Tal realidade não obsteu, entretanto, que a convergência anti-salazarista se fizesse, não raro, em torno da comemoração anual do 5 de Outubro, em jantares ou romagens de homenagem (mais ou menos reprimidos pela PIDE) ou no quadro dos Congressos Republicanos, de 1957 e 1969, e do Congresso da Oposição Democrática, de 1973, todos realizados em Aveiro.

efémera da História dos Momentos Ignorados” (Ferreira 1975, 121).

Já as crónicas de *Revolução Necessária* (1975) somam fracções narrativas dos instantes anódinos ou grandiosos da festa revolucionária de 1974, perspectivados segundo a diacronia do século XX e à luz da paciência histórica do meio século que foi preciso esperar para voltar a haver liberdade. Esses textos jornalísticos desvelam as camadas do tempo revolucionário da 1.ª República acumuladas nas ruas da capital. Do ano inaugural do século XX português elas fixam a lembrança das barricadas, dos desfiles da população anónima lisboeta ou de alguns heróis mais do que dos dignitários republicanos que, nos dezasseis anos do regime, se envolveram, não raro, em estéreis e sangrentas lutas políticas. Gomes Ferreira nunca esconde tal realidade no seu balanço emocionado desse período:

Em seguida veio a vitória e daquele nevoeiro de há 60 anos, aqui estou eu agora a arrancar da memória centenas, milhares, de bandeirinhas ençarnadas e verdes distribu[í]das de graça pelo Grandela, que forraram a alegria de Lisboa de “vivas à República!” nas bocas de todos os olhos, enquanto o Governo Provisório, com os ministros de sobrecasaca e chapéu alto eram recebidos na barricada da Rotunda por Machado dos Santos, a quem um sol misterioso já desenhava no chão a sombra funesta. (Ferreira 1975, 129)<sup>4</sup>

Para recuperar a formulação benjaminiana de “Teses sobre a filosofia da história”, não é a versão dos vencedores que inte-

<sup>4</sup> Machado Santos (1875-1921) foi militar e um dos fundadores da República pela forma como se bateu a 5 de Outubro de 1910 e como defendeu o regime contra a intentona monárquica de 1919. Desempenhou actividade parlamentar e governativa, vindo a ser assassinado, como outros dirigentes republicanos, na *Noite Sangrenta* de 19 de Outubro de 1921.

ressa a José Gomes Ferreira: importa-lhe, isso sim, “escovar a história a contrapêlo” (Benjamin 1992, 161) e trazer à luz da memória escrita aqueles que as crónicas oficiais normalmente rasuram e condenam ao esquecimento. Só assim a história pode ser um campo de aplicação da máxima de Lavoisier, preservando a memória de lutas e revoltas pretéritas:

[...] nada daquilo que alguma vez aconteceu deve ser considerado como perdido para a história. Certamente só à humanidade redimida pertence plenamente o seu passado. Isto quer dizer que apenas para ela, em cada um dos seus momentos, o passado se tornou citável. Cada um dos instantes que ela viveu torna-se uma *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é precisamente o último. (Benjamin 1992, 158)

Sem escamotear as debilidades ideológicas e políticas do regime republicano, Gomes Ferreira tenta que, com a sua escrita autobiográfica, não se corra o risco de desaparecer da memória a imagem referencial de 1910, por o presente de 1974 nele não se reconhecer. Ambas as datas são, nas suas palavras, “momentos viris das grandes mudanças ardentes” (Ferreira 1975, 124) do século XX. Sessenta anos passados, graças à sua memória infantil, a 1.ª República pode e deve ser uma citação trazida à ordem dos dias de Abril que estava a viver. Assim se compreende que, no meio de *Revolução Necessária*, se arrume o capítulo “O passado. Memórias da 1.ª República”, que mede comparativamente essas duas datas capitais do século, em função das suas práticas, ritos, narrativas, discursos, emblemas, *slogans*, heróis. A democracia que nasce em 1974 é, por isso, apelidada de “2.ª República” (Ferreira 1975, 165), recusando-se ao Estado Novo a numeração do regime republicano, por causa dos “miasmas do sepulcro da Anti-República salazarista” (Ferreira 1975, 122). A leitura pessoal do lugar de memória que é Lisboa torna o poeta-

-autobiógrafo no leitor privilegiado da nova revolução onde a memória colectiva se está a construir.

Em todo o caso, quando chega o 25 de Abril, ele tempera o entusiasmo de o viver com a lucidez da sua já longa viagem pelo século XX, sempre à espera de voltar a presenciar a vibração da multidão nas ruas. Pressente o esquecimento progressivo da 1.ª República em benefício do novo marco revolucionário. Assim se explica, em “Viva a República!”, a forma comovida como grita pela República no dia 5 de Outubro de 1974, em plena Câmara Municipal de Lisboa. Ladeado por velhos republicanos, intui que, apesar de tudo, aquele já não é bem o seu tempo revolucionário: “Gritámos que nos regalámos ante a inveja sem máscaras dos mais novos, impedidos de nos acompanharem nesses ‘vivas’, não por desdém pelos velhadas, mas [por]que pertencem a novas religiões que nós também às vezes não percebemos bem” (Ferreira 1975, 122). A pena de o tempo ter passado depressa demais para o poeta é aqui temperada por três lúcidas razões: a ironia de reconhecer religiosidade no empenho revolucionário; a bonomia com que assinala a distância que o separa dos jovens revolucionários de 1974, privados da intimidade com o ideal republicano; e a compreensão da inevitável necessidade de os mais novos esquecerem para fazerem seu o novo momento de mudança histórica. Curiosamente, para quem repetidamente disse que só sentia saudades do futuro, o excerto supracitado prenuncia a inexorável condição de se sentir na margem de uma revolução que só lhe chega na velhice. Afinal de contas, a exemplo de 1789, as revoluções são determinadas pelo valor do novo e fruto da acção de jovens radicais.

Sem deixar de fazer eco da metáfora marxista das revoluções como locomotivas da história, o conceito de revolução em José Gomes Ferreira descende em linha directa da imaginação

romântica que Schiller, Hölderlin, Blake ou Victor Hugo deram aos processos revolucionários norte-americano e francês do final do século XVIII. A identificação que a sua poética faz da revolução com um evento epifânico e conciliador do homem consigo mesmo revela afinidade com temas e modos de expressão que M. H. Abrams (1973, 325-372) situa na era romântica (1789-1835), dando à revolução uma roupagem histórica, reciclada a partir da tipologia e da escatologia bíblicas:

E então proclamaram a República. Aos “vivas” vim para a rua com uma bandeira encarnada e verde na mão direita, e na esquerda uma máquina especial para ressuscitar todos os mortos das guerras e das revoluções.

Era a máquina de Acordar os Defuntos e os Vivos. (Ferreira 1983a, 12)

Daí a imaginística redentora da revolução de Gomes Ferreira, nas crónicas publicadas a seguir a 1974 e desde sempre na poesia, traduzida no conceito de “Revolução Inverosímil iminente” (Ferreira 1979, 83), que identifica como herança de Raul Brandão<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Veja-se o poema XIII de *Cabaré* (escrito em 1933 e publicado em *Poesia I*, 1948) em que a referência revolucionária da “epígrafe” dialoga com a invenção fantástica e prometeica do auto-retrato do poeta:

(Desde criança que sonho com a Revolução Impossível, que acontecerá num Dia Único.)

Vem, Mão de Lume!

Estoira os vidros da janela,  
agarra-me pelos cabelos  
e deixa-me sozinho,  
ahl, e deixa-me sozinho e nu aos gritos na rua,  
a pedir às estrelas  
que me vistam de fogo. (Ferreira 1983b, 35)

Para compreender o seu “jacobinismo infantil” (Ferreira 1975, 128), há que não esquecer as leituras românticas estimuladas pelo pai, alimentando, como na maioria das casas da pequena burguesia lisboeta, a religião cívica da República. Ao olhar para trás, a base ideológica da mobilização republicana é brandamente desmascarada como uma religiosidade racionalista de “palavras ingénuas e entusiasmos pueris – convenhamos – mas afinal tão absurdos, fortes e eficazes, como noutras alvoradas [seria] acreditar em ressurreições de Lázarus e subidas misteriosas de deuses da terra ao céu, sem foguetões” (Ferreira 1975, 128). Nessa crença cabem a veneração patriótica de Camões, o ícone da bandeira verde e vermelha, as litografias berrantes com a figura da República, bem como o imaginário romântico da Revolução Francesa e das barricadas bebido em Victor Hugo. Como revela a certo passo de *Intervenção Sonâmbula*,

[...] eu não passava de um burguesinho cândido, formado pelos livros republicanos de Victor Hugo. Em boa verdade, quando parti para Viseu [no Batalhão Académico Republicano, em 1919, para combater os monárquicos] não parti para Viseu, mas para a Vendaia contra-revolucionária do [romance] 93, com uma paragem rápida em Tancos para uma instrução militar reduzida ao mínimo. (Ferreira 1977, 101)

Por sinal, esta avaliação auto-irónica sobre o empenho revolucionário do poeta enquanto jovem tem a potencialidade de revelar o funcionamento da memória activada pelas revoluções: elas que, cortando por natureza com o passado, acabam a eleger um passado relevante como sua orientação. Já Marx, na abertura de *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1869), assinalara essa incongruência revolucionária, quando era o valor do novo que o seu ideário deveria exaltar. Claro que ele tem para si que a história se faz sob a força de circunstâncias alheias à escolha dos seus

protagonistas, obrigando-os a defrontarem-se com as circunstâncias legadas pelo passado. Entende, por isso, a atracção pela roupagem e a fraseologia romanas por parte dos revolucionários franceses até Napoleão, porque, apesar disso, “cumpriram [...] a missão do seu tempo: libertar das cadeias e instaurar a sociedade *burguesa* moderna” (Marx 2008, 435; *itálico do texto*). Nesse caso, tratava-se de “glorificar as novas lutas e não [...] parodiar as antigas, [...] exagerar na fantasia a tarefa cometida e não [...] retroceder face ao seu cumprimento na realidade” (Marx 2008, 436), pelo gesto de citação do passado. O mesmo já não sucede, na sua óptica, com a classe revolucionária do século XIX que, ao insistir em “tirar a sua poesia” (Marx 2008, 436) de 1789 ou da tradição do Terror, dissimulava o conteúdo dos fins históricos que deveria protagonizar. Como um espectro opressor do cérebro dos vivos, tal veneração passadista explicava, segundo o filósofo, o falhanço de processos como o de 1848, por ele analisado quase em cima do acontecimento<sup>6</sup>.

Em “Teses sobre a filosofia da história” (1940), Walter Benjamin retoma o argumento, ao reconhecer em Robespierre a capacidade de conciliar a citação da Roma Antiga com a explosão da história, fazendo-a sair dos eixos: para aquele revolucio-

<sup>6</sup> O *18 de Brumário* foi originalmente publicado em 1852, em *Die Revolution*, um periódico mensal de língua alemã sediado em Nova Iorque. O seu título reporta-se ao segundo mês do calendário da Primeira República Francesa (de 23 de Outubro a 21 de Novembro). Parte do facto de o golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, da autoria de Louis Bonaparte, ser um decalque (caricatural, para Marx) da subida ao poder de Napoleão, quando a 9-10 de Novembro de 1799 (18 de Brumário) provoca um golpe de Estado e impõe o Consulado, vindo a tornar-se Imperador de França, em 1804. Assim faria sentido para Marx a afirmação de Hegel segundo a qual “todos os grandes factos e personagens da história universal aparecem como que duas vezes” (2008, 434), esquecendo-se este último de acrescentar (o que faz Marx) que “uma vez como tragédia e a outra como farsa” (2008, 434).



nário, esse não era um gesto saudoso mas “o salto de tigre no passado” onde se procurou um futuro que desse corpo histórico ao sonho transformador da sociedade:

A história é o objecto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, antes formando um tempo pleno de “agora”. [...] A Revolução Francesa considerava-se um recomeço de Roma. Citava a antiga Roma exactamente como a moda cita um traje antigo. É ao percorrer a selva de outrora que a moda cheira o aroma daquilo que é actual. Ela é o salto de tigre no passado. Um tal salto não pode efectuar-se a não ser numa arena dirigida pela classe dirigente. Efectuado em pleno ar, o mesmo salto é o salto dialéctico, a revolução tal qual a concebeu Marx. (Benjamin 1992, 166)

É uma compreensão próxima de Benjamin, creio bem, que leva José Gomes Ferreira a citar a 1.ª República na ordem dos dias de 1974, da mesma forma que, por diversas vezes, identifica a matriz revolucionária francesa na implantação da República Portuguesa. Convém, entretanto, esclarecer que a memória afectiva desse início do século XX português não é incongruente com a sua recusa da história como relógio providencial do tempo humano, funcionando ela, em contrapartida, como campo de possibilidades onde os humanos imaginam, experimentam e falham, em maior ou menor grau, o que (ainda) não existe.

O poeta sabe-se testemunha exaltada e melancólica de revoluções, da sua força construtiva e dos seus desfechos magoados. Por isso, em *O Irreal Quotidiano* (1971), o texto “Episódio político da infância” conta que, pelos seus 11 anos, inventou com amigos do bairro uma jacobina República 17 de Outubro, acabando por se transformar num “Napoleãozinho que, afinal, se bebe no leite das mães e é preciso estrangular em nós, é preciso

estrangulá-lo inexoravelmente” (Ferreira 1971, 51). A pequena história pessoal ganha dimensão alegórica por comunicar com a memória da mãe das revoluções, na sequência exaltante e desolada do 14 de Julho ao 18 de Brumário.

No último livro de poesia, *Termidor Errado* (1975), José Gomes Ferreira convoca metaforicamente a data intermédia daquele calendário francês: a morte de Robespierre e a vitória contra-revolucionária, em 1794. Nomeia assim a revolução abortada a 25 de Novembro de 1975, no pressuposto de que “[t]odas as Revoluções têm os seus Termidores” (Ferreira 1998, 401; *itálico do texto*). E, no entanto, ao terceiro poema da obra, a previsão magoada do fim da revolução portuguesa contrasta com a metáfora esperançosa de um novo incêndio futuro, a lembrar as imagens benjaminianas: “As labaredas vêm sempre no fim/quando as árvores sentem falta de asas e flores ausentes./Pés nus por caminhos de brasas” (Ferreira 1998, 403). Dito de outro modo: o incêndio revolucionário que “começa muitas vezes nas cinzas/impacientes” (Ferreira 1998, 403) pode interromper, de novo, o tempo contínuo da história, instaurar a intensidade imprevisível do agora, ao mesmo tempo que traz para a ordem do dia a memória de revoltas e revoluções anteriores que os seus vencedores interromperam e recalçaram. Na imagem do incêndio, Gomes Ferreira configura uma percepção descontínua, polifónica, conflitual da história, parecendo querer “viv[er] e ag[ir] retrospectivamente em toda a extensão do tempo” humano (Benjamin 1992, 159), como, segundo os marxistas, o fazem os revolucionários.

É por essa sua memória trans-histórica do século XX que a 1.ª República se torna num ponto de orientação individual e colectiva, sem nunca se omitir o papel do esquecimento na sua permanente (re)construção. E também sem nunca prescindir do



desejo de futuro, que não se atém a euforias messiânicas e à paralisia (pós-moderna) de um presente contínuo que fetichiza o passado perdido e as suas memórias (Nora, 2007, 1). Nessa tarefa, a que Manuel Gusmão chama “trabalho da esperança que magoa” (2007, 31), José Gomes Ferreira confirma a autobiografia enquanto suporte precário de um rosto e de uma narrativa pessoais e também enquanto exercício de arte, que é “a única memória viva dos homens”, como anuncia o fragmento de *Dias Comuns I* com que iniciei este artigo.

#### Obras citadas

- ABRAMS, M. H. 1973 [1971]. *Natural Supernaturalism. Tradition and Revolution in Romantic Literature*. Nova Iorque e Londres: W. W. Norton & Company.
- BENJAMIN, Walter. 1992 [1940]. Teses sobre a filosofia da história. In *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- FERREIRA, José Gomes. 1971. Episódio político da infância. In *O Irreal Quotidiano. Histórias e Invenções*. Lisboa: Portugalia.
- . 1975. *Revolução Necessária*. Lisboa: Diábril.
- . 1977. Lembranças do batalhão académico de 1919. In *Intervenção Sonâmbula*. Lisboa: Diábril.
- . 1979 [1965]. *A Memória das Palavras I ou O Gosto de Falar de Mim*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Moraes.
- . 1983a. *Calçada do Sol. Diário Desgrenhado de um Homem Qualquer Nascido no Princípio do Século XX*. Lisboa: Moraes.
- . 1983b [1977]. *Poeta Militante. Viagem do Século Vinte em Mim*, vol. I. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Dom Quixote.
- . 1990a. *Dias Comuns I. Passos Efêmeros*. Lisboa: Dom Quixote.
- . 1990b [1950]. *O Mundo dos Outros. Histórias e Vagabundagens*. 8.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Dom Quixote.

- . 1998 [1978]. *Poeta Militante. Viagem do Século Vinte em Mim, Seguido de A Poesia Continua. Velhas e Novas Circunstanciais*, vol. III. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Dom Quixote.
- GUSMÃO, Manuel. 2007. O desejo de futuro. *Público*, 30 Dezembro.
- MADEIRA, João. 2007. Os novos remexedores da história. In *Batalha pelo Conteúdo. Movimento Neo-Realista Português. Exposição Documental*. Coordenação de David Santos. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo.
- MARX, Karl. 2008 [1869]. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In *Obras Escolhidas*, tomo I, de Karl Marx e Friedrich Engels. Lisboa: Avante!
- MUDROVIC, María Inés. 2005. *Historia, narración y memoria. Los debates actuales en filosofía de la historia*. Madrid: Akal.
- NEUMANN, Birgit. 2008. The Literary Representation of Memory. In *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook*. Edição de Astrid Erll e Ansgar Nünning. Berlim: Walter de Gruyter.
- NORA, Pierre. 2007 [2002]. Reasons for the Current Upsurge in Memory. *Eurozine*, <http://www.eurozine.com> (consultado a 31 Janeiro 2009).